

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Um novo Judiciário

É para mim um privilégio estar participando, mais uma vez, do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, hoje, em território alagoano, terra que se destaca pela inteligência dos seus filhos, pelo espírito de luta pela liberdade e que serviu de berço a um dos mais notáveis juristas de todos os tempos, Pontes de Miranda.

Congratulo-me com o Desembargador Jairon Maia Fernandes, Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado, e com os seus ilustres pares pela sua realização.

Nada mais oportuno do que se dê prosseguimento a esta série de estudos a que vem procedendo este Colégio, a qual, inquestionavelmente, trará a lume temas pertinentes à realidade em que está inserida a história recente do País – cenário das sucessivas crises que atingem todos os segmentos da sociedade, gerando insegurança nos cidadãos e, além do mais, lançando em descrédito a capacidade dos Poderes da República de solucionar os problemas daí decorrentes, tão prejudiciais às iniciativas pró modernização da nossa Pátria.

Na verdade, emergimos, há quase três lustros, de um sistema totalitário para a democracia, contudo o processo de redemocratização, sob o aspecto da construção de uma sociedade justa e menos excludente, tem sido moroso, entravado que é pelas dificuldades reinantes nas esferas governamentais, e os cidadãos, destinatários da prestação jurisdicional, são os mais afetados – os mesmos cidadãos que, já descrentes de tanto ver prosperar o poder nas mãos dos maus, passam a duvidar da virtude e a ter vergonha de ser honestos, conforme dizia o grande Rui Barbosa.

A construção da democracia exige um trabalho árduo e persistente, voltado para a liberdade, igualdade e fraternidade, objetivos da Revolução Francesa, ocorrida há quase dois séculos. E esses bens supremos não são uma dádiva, mas conquistas obtidas após muita luta, suor e lágrimas.

Nesse panorama em que se insere o Judiciário, no Brasil de hoje, nota-se que há, ainda, resistências e incompreensões a vencer, muitas delas no âmbito deste próprio Poder, para que se tenha uma Justiça eficiente, à qual possam ter acesso todos os cidadãos brasileiros, especialmente os menos protegidos pela fortuna. As dificuldades, contudo, não nos devem desanimar, mas servir de estímulo à nossa luta em prol desses sublimes ideais.

É alvissareiro o que afirmei recentemente, em encontro similar a este, no Rio de Janeiro, embasado em pesquisa do *Vox Populi*. Dos três Poderes, o Judiciário é o que mais inspira confiança nos brasileiros.

Essa pesquisa mostra que o sofrido povo, apesar de tantos reveses, está acreditando mais na Justiça. E essa credibilidade é evidenciada pelo grande volume de causas que ingressam nos juízos e tribunais a cada dia. Sim, os cidadãos confiam numa Justiça que reconhece e assegura os seus direitos. É o que aliás, se presencia na Alagoas de hoje, mercê da eficiente atuação do Presidente deste Tribunal. Vejo, em tudo isso, uma consequência natural do processo democrático.

Em tal contexto, penso que o Judiciário assume, cada vez mais, a sua função precípua de tutor maior da cidadania, esteio do equilíbrio do Estado e da própria democracia.

Não é sem razão, por conseguinte, que se tem dito, em ocasiões variadas, que ao Juiz não é adequado ficar inerte, como mero espectador dessas radicais e céleres transformações sociais. Ao contrário, o Juiz, movido pela sua mentalidade renovada, avoca a si a postura de agente dessas mudanças, objetivando uma satisfatória aplicação do Direito e da Justiça e a implementação dos direitos humanos, assunto tão em voga na atualidade, tendo em vista a comemoração, no próximo mês de dezembro, do cinquentenário da sua declaração universal.

Percebe-se, assim, que o momento ora vivenciado, embora preocupante, é, ao mesmo tempo, auspicioso. Conforme afirmei no meu discurso de posse na presidência do Superior Tribunal de Justiça, tenho observado, nos deslocamentos para vários rincões do torrão pátrio, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, que, apesar da gravidade dos problemas sociais e dificuldades enfrentadas no cotidiano, o panorama não é tão desalentador como o era há alguns anos. Irmãos nossos, muitos deles jovens desesperançados, emigravam para outros países devido à falta de perspectiva de uma vida digna na terra em que nasceram. Esse quadro mudou. Em toda parte, em campos mais férteis e menos férteis da produção agrícola e industrial, cultural e intelectual, do comércio e dos serviços,

já se vislumbra o surgimento de plantas que germinam, cada vez mais viçosas, que matizam de verde o solo brasileiro e traduzem a esperança de melhores dias.

Urge, então, erguermos a frente com altivez, cada um, no alcance das suas atribuições, cumprindo o seu dever, cada um construindo a parte que lhe compete nesse processo de modernização, rumo a um amanhã ensolarado, a um Brasil mais justo e mais humano, no qual a cidadania seja não uma utopia, um anseio, mas uma benfazeja realidade; um Brasil em que o acesso à Justiça seja deveras assegurado ao povo e a morosidade da prestação jurisdicional não mais ocupe manchetes de jornais. É evidente que não há sociedade verdadeiramente organizada sem justiça, sentimento arraigado no ser humano, energia que impulsiona a Humanidade a alcançar os seus mais sublimes ideais.

E, na luta pela consecução desses ideais, as nossas armas não podem ser outras senão o trabalho, o nosso poder de persuasão e a vontade firme de mudar o curso da história, aliados à fé e à esperança. Por isso insisto, como em outras ocasiões: temas constitucionais e infraconstitucionais relevantes para o Judiciário devem ser selecionados, a fim de serem submetidos, oportunamente, à soberana apreciação do Congresso Nacional.

Nesse quadro, devemos, em vez de dar oportunidade a críticas, buscar alternativas de soluções. Dizia o grande orador sacro Padre Antônio Vieira que “a omissão é um pecado que se faz não fazendo. São as omissões os mais perigosos dos pecados”. E acrescentava: “O querer e o poder, se divididos, são nada; juntos e unidos são tudo.” O que importa, pois, senhores Magistrados, é agir em prol de um novo Judiciário, de um novo Brasil.

Ao encerrar esta sucinta reflexão, reafirmo meu otimismo quanto ao futuro da nossa Pátria. Somos a geração que ainda verá a terra prometida na passagem para o terceiro milênio e, tomando posse dela, entregá-la-emos à geração subsequente, já arada, semeada e coberta de plantas em processo de germinação para gáudio dos nossos pósteros. O bem que se faz um dia é a semente da felicidade para o dia seguinte, diz um provérbio indiano.

* Discurso proferido em 29 de outubro de 1998 na abertura do “Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, Maceió-AL.